

Análise do Impacto do Investimento Estrangeiro Direto na formação da riqueza e no desenvolvimento do Brasil de 1990 a 2008.

Altair de Carvalho Mendes
Edson Talamini, Dr.

Resumo

O propósito deste artigo é analisar o Impacto do Investimento Estrangeiro Direto na formação da riqueza no Brasil. O período definido para a análise equivale aos anos de 1990 a 2008. A partir de uma revisão de literatura a qual buscou definir os conceitos das principais variáveis macroeconômicas de Contabilidade Social e, posteriormente, contextualizar o ambiente político-econômico do Brasil nas últimas duas décadas e o seu papel na atração de Investimentos Estrangeiros Diretos para o país, foram definidas cinco proposições para a pesquisa. A metodologia utilizada é a pesquisa quantitativa, onde foram empregadas como ferramentas de análise de dados o Coeficiente de Correlação e a Análise de Regressão Linear Simples - ARLS. As variáveis utilizadas foram IED, PIB, PIB Agricultura (Mineração e Pecuária), PIB Indústria, PIB Serviços, Formação Bruta de Capital Fixo e IDH. A coleta dos dados foi realizada a partir dos bancos de dados do IPEADATA, BACEN, UNCTAD, IBGE e UNDP. Os resultados obtidos confirmam que o IED apresenta relação positiva e forte com a geração da riqueza econômica do Brasil nos anos analisados. Contudo, os impactos do IED sobre o desenvolvimento humano não se mostraram significativos.

Palavras-chave: PIB; IED; IDH; FHC; Lula.

1. Introdução

Em consequência da globalização e sua integração econômica, especialmente no que se refere à produção de mercadorias e serviços, as empresas dos países desenvolvidos passaram a buscar novos meios de expandir suas atividades produtivas procurando estabelecer unidades em novos espaços geográficos nos quais pudessem alcançar potenciais mercados consumidores e/ou se aproximar de fornecedores de matéria-prima. Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento, como o nome já diz, procuram aumentar seu crescimento nacional criando condições para atrair montantes significativos de investimentos externos, de modo a aumentar suas riquezas e a geração de empregos.

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) deve ser percebido como capital de investimento de Longo Prazo, o qual ingressa em um determinado país com a finalidade de participar da dinâmica produtiva real da economia local. Se por um lado há o interesse de empresa em explorar novos mercados, por outro, há o interesse de país com baixa capacidade de investimentos em atrair IED para suas economias. Assim, a atração e as decisões de investimento estão baseadas em determinadas estratégias, tanto por parte dos países receptores quanto por parte das empresas com potencial de investimento. Essa atração de IED é fomentada pela oferta de determinadas garantias ou vantagens, tais como: a conjuntura política e econômica, a isenção de impostos, a doação de terras/terreno e compromisso dos governos em fornecer determinadas garantias que possibilitem a visualização de lucros e planejamento de longo prazo. Em contrapartida, as empresas se comprometem a transferir tecnologias, investir determinados montantes financeiros no país, a gerarem postos de trabalho utilizando parte da mão-de-obra disponível e utilizar os produtos primários locais, gerando crescimento econômico para empresa e para o país.

O processo de migração do capital entre países existe desde longa data, mas o processo de globalização ampliou significativamente a frequência e o volume de recursos investido por países mais desenvolvidos no Brasil (IPEADATA). Contudo, inexistente consenso quanto ao saldo desse processo. Alguns estudiosos do tema apresentam argumentos favoráveis aos Investimentos Estrangeiro Direto, uma vez que trazem riquezas, acúmulo de capital, emprego, novas tecnologias, etc... (SERRANO, 1999). Já GONÇALVES, BAUMANN, PRADO e CANUTO (1999), advogam desfavoravelmente ao processo, alegando que os benefícios são duvidosos, pois as organizações estrangeiras têm exclusivamente o objetivo de obter lucro e remetê-lo para seus países de origem, e principalmente, quando essas economias receptoras de IED não estiverem mais em expansão e posicionarem-se em situação difícil, esses investimentos poderão ser interrompidos, já que o motivo da atração, o qual era a expansão de mercado, cessou.

MACEDO (2004) afirma que a riqueza produzida por um país é medida pelo seu Produto Interno Bruto – PIB. O PIB é o volume financeiro dos bens e serviços finais produzidos em uma economia em determinado período de tempo. Em linhas gerais, o PIB é o somatório do consumo, dos investimentos, dos gastos do governo e do saldo da balança comercial do país. Portanto, o investimento é uma das principais variáveis que compõem o PIB, dada sua competência de geração de capacidade produtiva, com conseqüente impacto sobre a geração de emprego e renda e no incremento da produção de bens e serviços.

A formação da capacidade autônoma de investimento de um país está diretamente relacionada com o nível de poupança interno. Países em desenvolvimento e subdesenvolvidos possuem elevada propensão ao consumo como característica, ou seja, significativa parcela da renda recebida pela população é destinada ao consumo de bens e serviços. Em conseqüência disso, e dos baixos níveis de renda, apresentam baixa capacidade de formação de poupança interna. Sendo reproduzidas estas relações entre renda-consumo-poupança ao longo dos anos, a capacidade de investimentos autônomos desses países é minimizada.

Essas economias em estado estacionário, a fim de solucionar o problema, normalmente recorrem compulsoriamente a três expedientes: primeiro, a obtenção de empréstimos junto a organismos financiadores internacionais como FMI e Banco Mundial, um pouco arriscado, já que para a concessão é necessário cumprir metas estipuladas pelo organismo internacional; segundo, a expansão dos déficits das dívidas internas, meio de retardar e alongar o prazo, resolvendo apenas provisoriamente; e, terceiro, a adoção de políticas que aumentam a atratividade dos investimentos estrangeiros diretos no país, visando adequar os interesses das empresas estrangeiras às necessidades de desenvolvimento específico de investimento de cada região. Nas últimas duas décadas, com a queda na disponibilidade de recursos para serem emprestados pelos organismos internacionais e a inviabilidade de ampliar excessivamente o montante das dívidas internas, os países têm se dado conta de que a atração de IEDs aparece como uma opção interessante.

Com uma política governamental de ampla abertura econômica que promoveu a política externa, a valorização cambial e uma forte redução intervencionista estatal, o Brasil pôde, a partir da década de 1990, passar por diversas mudanças positivas na sua conjuntura sócio-econômica: a inflação teve uma redução vertiginosa, passando de 2.477,15% ao ano em 1993 para apenas 9,56% ao ano em 1996 (IPEADATA). A produtividade do trabalho industrial cresceu expressivamente, bem como os Bens de Capital, e houve um intenso crescimento do agronegócio. O ajuste na gestão pública ganhou impulso com o Plano Real a partir de 1994. Com sua forte política monetária, valorização cambial e volumes significativos de reserva, o Brasil controlou a inflação e

adequou-se aos organismos monetários internacionais, adquirindo meios de atrair investidores internacionais e o crescimento de suas riquezas.

Um dos fatores restritivos à entrada de capitais externos no País continuava sendo a possibilidade eminente de vitória de um partido político de esquerda para a Presidência da República. Isso de fato aconteceu com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) como Presidente do Brasil em 2003. Contudo, as políticas efetivas adotadas pelo Governo do Presidente Lula se mostraram mais alinhadas aos interesses dos investidores estrangeiros do que pareciam no discurso. Novos ajustes político-administrativos levaram à quedas históricas no índice de risco-país, tornando o Brasil um porto mais seguro para os investidores. Com toda essa evolução político-administrativa o Brasil enriqueceu de maneira ordenada e progressiva, conquistando uma posição de destaque na economia mundial, mas este enriquecimento até que ponto foi construído endogenamente e até que ponto essa riqueza foi produzida pela captação externa de recursos na forma de Investimento Estrangeiro Direto.

Conforme discutido anteriormente, não há um consenso definitivo sobre os impactos do Investimento Estrangeiro Direto na formação da riqueza brasileira nas últimas duas décadas. Diante disso, propõe-se a seguinte questão: qual o impacto do Investimento Estrangeiro Direto na formação da riqueza do Brasil? Qual a relação do IED com o desenvolvimento do país? Assim, o presente artigo se propõe a analisar a participação do Investimento Estrangeiro Direto na formação da riqueza e no desenvolvimento brasileiro das últimas décadas.

Espera-se que este estudo venha contribuir para a discussão sob o tema, evidenciando se o investimento Direto Estrangeiro tem contribuído positivamente para o crescimento econômico, desenvolvimento do país e principalmente, se evidencia resultados construtivos no Índice de Desenvolvimento Humano. E mesmo se está relacionado à melhora das condições de infra-estrutura e à ampliação da capacidade produtiva nacional, gerando agregação de valor ao país receptor, impactando favoravelmente o emprego e a renda.

Além desta introdução, o presente artigo apresenta, na segunda seção, a revisão de literatura baseada em dois pontos principais: o primeiro de base conceitual no qual se buscou definir os principais conceitos macroeconômicos e de contabilidade social que estão relacionados com o objetivo do estudo; o segundo de base contextual no qual se faz uma revisão do ambiente político-econômico do Brasil desde o início dos anos 1990 até os dias atuais. No corpo da revisão de literatura são apresentadas cinco proposições de pesquisa, derivadas do processo de revisão da literatura. Na terceira seção são descritos os métodos e procedimentos utilizados para a definição das proposições, a coleta e a análise dos dados. Na quarta seção são apresentados os principais resultados da pesquisa. Por fim, na quinta seção, são descritas as principais conclusões derivadas do estudo desenvolvido.

2. Revisão de Literatura

Este capítulo está dividido em duas partes, a primeira abordará de forma breve, alguns dos principais conceitos da teoria econômica ligados às variáveis de estudo, em especial conceitos de variáveis macroeconômicas e de contabilidade social. Na segunda seção é apresentada uma revisão do ambiente político-econômico brasileiro das últimas duas décadas e sua influencia na atração de Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil.

2.1 Conceitos de Contabilidade Social

Conceituado por VASCONCELLOS (2002), como o valor de todos os bens e serviços finais produzidos em determinado período de tempo, o Produto Nacional (PN) na ótica das despesas realizadas é também chamado Despesa Nacional (DN), já que a DN é a soma de toda despesa realizada pelos agentes de despesa com o Produto Nacional.

Um terceiro componente que também possibilita medir a atividade econômica total de um país, a Renda Nacional (RN), é a soma dos salários pagos à família (w), juros (j), aluguéis (a) e lucros (l) (GOMES, 2003).

Nota-se, então, que existem três óticas que permitem medir o resultado econômico agregado de um país, ou seja, a identidade básica das contas nacionais é: $PN = DN = RN$, que levam VASCONCELLOS (2002) afirmar que em síntese, são três realidades conceitualmente diferentes para mensurar a atividade econômica, mas conduzindo ao mesmo resultado numérico.

De acordo com GOMES (2003), o elemento da Renda Nacional (salários, juros, aluguéis e lucros), a poupança (S) é a parcela da renda não consumida no período em que é recebida, parte não gasta em bens de consumo, é a parte contida. Já o Investimento, é a parte poupada que é aplicada em algum tipo de recurso com a expectativa de receber algum retorno futuro, superior ao aplicado. No sentido estrito, em economia, o investimento significa a aplicação de capital em meios que levam ao crescimento da capacidade produtiva (instalações, máquinas, meios de transporte), ou seja, bens de capital.

De acordo com NUNES (2005), o investimento, como um todo, tem uma contribuição essencial para a formação do Produto Interno Bruto (PIB), esse investimento sofre influência de vários fatores, entre eles pode-se destacar a taxa de juros, que tem uma participação relevante nesse indicador, uma vez que as instituições que investem fazem uma avaliação confrontativa entre aplicações financeiras (ações, poupança, títulos públicos) ou o retorno do capital investido de maneira produtiva, com o declínio dos juros, escolhem a segunda opção. Igualmente importante, o aumento do consumo das famílias, através da expansão de crédito facilitado, gera um desenvolvimento no investimento industrial, e conseqüentemente, um crescimento na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, meio pelo qual é medido os investimentos do PIB). A junção desses três fatores (taxa de juros, consumo das famílias e o crescimento na Formação Bruta de Capital Fixo) favorece um desempenho positivo do PIB. Como dado, vale salientar que no Brasil cerca de 60% do montante investido é destinado a construções e os 40% restante é conduzido à importação e a produção de bens de capital (IBGE, 2008).

Proposição 1 – Os investimentos, medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo, estão positivamente relacionados com o PIB.

Por depreciação pode-se entender como o consumo do estoque de capital físico, em dado período, no sentido de que bem de capital também é consumido, sofre um desgaste em parcelas, até que vire sucata, ou se torne obsoleto (VASCONCELOS, 2002).

Conhecendo as definições de Investimento e Depreciação é assegurado a faculdade de adentrar de forma mais estrita em investimento líquido e investimento bruto, o qual é sempre positivo, e corresponde a todos os gastos realizados com bens de capital e formação de estoque e aquele, chamado também de formação líquida ou acumulação líquida de capital, é a diferença entre investimento bruto e a depreciação do estoque de capital, num dado período de tempo: $IL = IB - d$. Do ponto de vista de GOMES (2003), como está ligado diretamente à compra de bens de capital e, portanto, à elevação da capacidade produtiva, o investimento líquido mede com mais precisão o crescimento da economia.

GOMES (2003), afirma, então, que o Produto Nacional pode ser definido em termos brutos ou líquidos, apenas diferenciando a utilização da depreciação: $PNL = PNB - d$.

Formado pela arrecadação dos impostos indiretos (ICMS, IPI), impostos diretos (IR, IPTU), contribuições à Previdência Social e outras receitas do governo (pedágio, multas, aluguéis, etc.), a Receita Fiscal do Governo é uma forma de captação de recurso pela União para atender as necessidades da nação e da própria administração governamental (VASCONCELOS, 2002). Após essa captação, o Governo transforma essa receita em dispêndio - Gastos do Governo – que nas contas nacionais são consideradas em três tipos de gastos:

a) Gastos dos Ministérios, Secretarias, e Autarquias - gastos do Governo propriamente ditos, para a manutenção da máquina administrativa: salários, segurança, construção de hospitais, escolas, prisões, etc.

b) Gastos das empresas públicas e sociedades de economia mista: gastos com infraestrutura (obras e serviços), ambas são entidades de Administração pública indiretas: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal. Um exemplo atual é o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O PAC foi lançado em 2007 no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Segundo a Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretária-Geral da Presidência da República (2007), o programa foi promovido, em parte, de fontes do capital do Governo Federal e tem por objetivo estimular o crescimento econômico do Brasil, por meio de obras de base, destinadas às áreas de recursos hídricos, transporte, energia, saneamento e habitação. Essas providências tem por objetivo alavancar positivamente a competitividade do Brasil no processo de globalização.

c) Gastos com transferências e subsídios – transferência financeira do setor público ao setor privado. São os pagamentos a aposentados, ex-pracinhas, bolsa de estudos, subsídios ao setor privado.

De acordo com a política de gestão do governo, se os gastos superarem a arrecadação, assegura o conceito de déficit primário ou fiscal; se a arrecadação superar os gastos públicos, há um superávit primário ou fiscal (BRESSER-PEREIRA, 2003).

Para VASCONCELLOS (2002), o montante de tributos arrecadados pelo Governo corresponde à Carga Tributária do país, também conhecido como Carga Tributária Bruta, que corresponde à soma dos impostos diretos, indiretos e outras receitas correntes, ao passo que a Carga Tributária Líquida é a diferença entre a carga tributária bruta e as transferências e subsídios ao setor privado.

Os gastos do setor externo com empresas de dentro do Brasil, ou seja, as compras dos estrangeiros de bens e serviços definem as exportações (X), e ao inverso, as importações (M) são compras realizadas por organizações internas com bens do exterior, quanto é gasto com o resto do mundo. Parte da renda gerada no país que é enviada para o exterior, são os conceitos de GOMES (2003).

A riqueza de um país é medida através de diversos indicadores, entre eles o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB). Na opinião de MACEDO (2004), o PIB representa toda riqueza gerada por meio da produção, dentro dos limites territoriais do país. O PNB é a renda que pertence efetivamente aos nacionais, incluindo a renda recebida de empresas nacionais no exterior, e excluindo a renda enviada para o exterior pelas empresas estrangeiras localizadas no Brasil.

Com a finalidade de saber quanto os países, através de suas produções, remetem para seu território de origem, originou-se a aplicação da Renda Líquida de Fatores Externos (RLFE), que corresponde à remuneração dos ativos pertencentes a estrangeiros. A RLFE é um saldo pode ser positivo ou negativo, dependendo da renda recebida e enviada ao exterior (VASCONCELOS, 2002). Para alcançarmos este saldo temos que definir:

- Renda Enviada ao Exterior (RE) - parte do que foi produzido internamente não pertencente ao país, principalmente o capital e a tecnologia das multinacionais. A remuneração desses fatores vai para fora na forma de remessa de lucros, *royalties*, juros e assistência técnica;

E o fluxo oposto do capital:

- Renda Recebida do Exterior (RR) – renda oriunda do exterior devido à produção de empresas pertencentes ao Brasil operando no exterior, remunerações provenientes da mesma origem da RE.

Assim, $RLFE = RR - RE$.

Com base nesses conceitos, permite-se afirmar que: $PNB = PIB - RLFE$. Como no Brasil a RLFE é negativa, o PNB é menor que o PIB, devido às altas remessas de juros (principalmente no passado recente), lucros e *royalties* aos estrangeiros (MACEDO, 2004).

De acordo com Bresser-Pereira (2003), os órgãos econômicos não se preocupam apenas pela produção conjunta de bens e serviços de um sistema produtivo de um país, mas também tem o objetivo de conhecer a distribuição do PIB nos quatro setores (família, empresas, governo e setor externo), representada a seguir pela fórmula final da Despesa nacional:

$$DN = C + I + G + X - M$$

No qual, C representa as despesas das famílias com bens de consumo, I é a despesa com bens de capital e a variação de estoque, G os gastos do governo, X as exportações e M as importações, salientando que a diferença de $X - M$ é a despesa ou receita líquida do setor externo.

Como medir o crescimento real de uma economia de uma década para outra? Se for considerado preços e inflação significará um crescimento anormal e irreal, cerca de 300 %, já que neste cálculo estará incluído o crescimento dos preços (p), além do crescimento do produto (q). Para VASCONCELOS (2002), esse tipo de cálculo é fundamental quando se deseja confrontar o desempenho do PIB de um país ao longo de um determinado período. Isso impõe a este estudo a distinguir os conceitos de Produto Nacional Nominal e Produto Nacional Real. O primeiro refere-se ao valor do PIB calculado a preços correntes, ou seja, no ano em que houve a produção e negociação do produto, já o segundo os preços permanecem constantes, escolhendo-se um ano-base, ou seja, a taxa de inflação é suposta igual a zero enquanto variam apenas as quantidades do produto. Com isso teremos o crescimento real produtivo entre os anos.

2.2 O ambiente político-econômico e a atração de Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil

A participação dos Investimentos Estrangeiros Diretos na economia brasileira tem sido recorrente ao longo das últimas duas décadas, graças à maior inserção do Brasil na economia mundial. Esta inserção no mercado globalizado só foi possível através de medidas político-econômicas e comerciais, a fim de adquirir condições antecipadas para os ajustes da economia interna, favorecendo, com isso, a recuperação do crescimento do PIB.

Já no início do Governo Collor em 1990 foi desenvolvida estratégias direcionadas à promoção da abertura comercial e à estimulação do crescimento do IED nas diferentes áreas comerciais. COSTA (2000) afirma que essas medidas estratégicas não nasceram da política interna, mas sim recomendadas pelo Banco Mundial e FMI, que desenvolveram cartilhas voltadas para os países que desejavam conseguir sua estabilização financeira e a liberalização de seus comércios.

De acordo com ROSELENE (2008), no Brasil, apesar da tardia inserção em relação aos países vizinhos, houve uma gradativa promoção à abertura comercial e à entrada de

investimento estrangeiro, entre as medidas político-econômicas adotadas pelo Governo destacam-se: o início do programa de privatização e o corte de subsídios internos. Com o *impeachment* do Presidente Collor e a ascensão do seu Vice-Presidente, Itamar Franco, foi dada continuidade à facilitação à remoção dos obstáculos ao IED no Brasil. O governo de Itamar Franco possuía em sua cúpula, como seu ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que tinha como objetivo a implantação do Plano Real, cuja meta fundamental era a estabilização dos preços, precisamente o controle da inflação, constituindo com isso uma ferramenta essencial de viabilidade do desenvolvimento liberal. Com o êxito da implantação do Plano Real, ainda no governo Itamar Franco, a inflação caiu vertiginosamente, apresentando o Brasil com uma moeda forte perante o comércio exterior, a qual, por certo tempo, esteve igualada ao dólar americano.

Adotando o mesmo objetivo que o governo Collor/Itamar Franco, a política econômica de Fernando Henrique Cardoso seguiu a direção de modo a buscar a estagnação dos processos que geravam a inflação, além de dar continuidade na condução aos procedimentos à liberalização e a eliminação das normas na estrutura dos mercados.

De acordo com FREITAS e PRATES (2001), apesar dos governos anteriores buscarem meios de promoverem a atração de IED para o Brasil, ainda lhes faltava duas premissas básicas para essa confiabilidade financeira por parte das transnacionais: a democracia e a estabilidade econômica. Esta faltava devido à ausência da estabilidade e de expectativa de crescimento, e aquela devido ao descrédito da democracia no ambiente internacional e de ausência de um planejamento para o desenvolvimento sustentável.

A administração presidencial de FHC foi marcada por importantes conquistas positivas devido à continuidade do Plano Real, estabilizou a economia, promoveu as privatizações de empresas estatais: Vale do Rio Doce, Telebrás, Embraer e outras. Outros avanços na política de investimento foi o sancionamento de emendas que beneficiaram o ingresso de empresas estrangeiras no Brasil e o ajuste de empresas brasileiras que antes detinham o monopólio, abrindo espaço para investimento vindo de fora do país (ROSELENE, 2008).

Proposição 2 – O Investimento Estrangeiro Direto está positivamente relacionado com a Formação Bruta de Capital Fixo.

Proposição 3 – Os impactos do Investimento Estrangeiro Direto no Brasil foram positivos e mais intensos nos setores de Mineração (Agricultura e Mineração) e Serviços do que no setor industrial.

Dessa maneira, julga-se bastante apropriada as afirmações de LAMPREIA (1998), ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil, ao declarar que as realizações de FHC foram o alicerce primordial, que ao passar do tempo, tem propiciado uma política externa de credibilidade para o Brasil, agregando confiança e atratividade baseados no sucesso do Plano Real. Durante o decurso dos anos do governo FHC foram construídos dois pilares indispensáveis à atração de IED no país, tanto para o período do governo FHC quanto para os governos posteriores. Primeiro, a inflação foi reduzida à casa de um dígito e, segundo, houve um rápido aumento da demanda interna. Ambas implicaram em uma valorização do Brasil como mercado de aplicação em investimentos tanto na área produtiva, bem como no mercado de capitais. O Brasil foi legitimamente reconhecido como destino promissor de investimento de recursos, assegurando aos investidores uma base firme e duradoura de comércio.

No início do seu governo, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva (Lula) deu continuidade à política produtiva e manteve as metas fixadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Contudo, adotou uma política ativa voltada para as Relações Exteriores, com presença forte na Organização Mundial do Comércio, mas com foco na reabilitação do

poder de compra da população mais carente. Lula conseguiu em cinco anos um aumento real do salário mínimo, acima da inflação, elevou o salário de R\$200,00 para R\$ 415,00, conseguindo ser mais eficiente que seu antecessor nos 8 anos de governo. O desemprego registrou a maior queda de seu nível em 13 anos (SPITZ, 2007). Entre outras realizações, esses fatores contribuíram sobremaneira para o aumento da renda e da demanda interna, juntamente com a expansão do crédito, somaram fatores importantes para a atração de IED.

Ao longo de seu governo o presidente Lula procurou conquistar prestígio internacional, pois tinha conhecimento que seu governo popular poderia ser uma barreira para os investidores estrangeiros. Segundo o BACEN (2006), uma das medidas que o ajudou a conquistar esse respeito foi a liquidação antecipada das dívidas com o Fundo Monetário Internacional – FMI. Dívida essa adquirida ao longo da história do Brasil, incluindo os governos de FHC. Com esse feito sua gestão obteve uma significativa atenção do mercado internacional interessado em investir no país.

Com uma política monetária conservadora, o governo procura constantemente aprimorar o que já foi conquistado pelos governos anteriores. Um exemplo é a manutenção e controle da taxa de inflação pelo Banco Central via a denominada Meta de Inflação, a qual tem possibilitado a manutenção dos índices inflacionários em um nível plausível. A economia do governo Lula é obrigada a direcionar-se a conquistar metas e tornar evidente a credibilidade já conquistada diante do mercado estrangeiro, demonstrando que a inflação prossegue equilibrada, garantindo influxos de capital e protegendo a estrutura econômica interna.

Além disso, sua gestão está sendo caracterizada pela minimização da possibilidade de perda de investimentos. Um bom indicador é o Risco País, indicador que procura definir a condição de instabilidade econômica de determinado país, a fim dos investidores externos verificarem os riscos que estarão expostos caso venham investir nesses mercados. Quanto mais alto for o risco país, menor será a sua faculdade de atrair IED (BACEN, 2006). Com base nisso, o governo Lula e sua equipe econômica conquistaram o menor índice do risco em todo seu período de estudo, beneficiando a todos: os investidores que recebem o retorno do capital investido, o governo que aumenta a arrecadação de impostos e os trabalhadores, já que aumenta a oferta de emprego.

Um dos motores que deu propulsão à queda do risco país foram as negociações realizadas pelo presidente Lula, com seu poder de barganha e diplomacia o presidente conquistou investidores, através de uma mudança de uma posição tranqüila e condicionada ao eixo Norte-Americano/Europeu a uma postura de desenvolvimento diplomático de negociações bilaterais com países desenvolvidos. Conforme relata AMORIN (2005), até o segundo ano de mandato, o Presidente Lula efetuou 56 viagens, visitando 35 países distintos. Em resposta, recepcionou 52 Chefes de Estado e de Governo, em caráter oficial, provenientes de 39 países.

Com o objetivo de avaliar a condição de Desenvolvimento Econômico e a Qualidade de Vida proporcionada à população de um país, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) confronta o nível desse Desenvolvimento entre países. Os fatores que são considerados a fim de realizar o cálculo do IDH são: educação (taxas de alfabetização e escolarização), longevidade (expectativa de vida da população) e renda (PIB per capita). O citado índice vai de zero (desenvolvimento humano inexistente) a 1 (desenvolvimento humano excelente). O IDH é utilizado para avaliar o Desenvolvimento Humano e Econômico de regiões, estados ou cidades (IBGE). No ranking mundial de IDH referente a 2008 - divulgado em 2009 - o Brasil ocupou o 75º lugar com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,813 – IDH elevado.

Proposição 4 – O Investimento Estrangeiro Direto está positivamente relacionado com o crescimento do PIB brasileiro, tanto no Governo de FHC quanto no Governo Lula.

Proposição 5 – O Investimento Estrangeiro Direto está positivamente relacionado com o Índice de Desenvolvimento Humano.

3. Métodos e Procedimentos

A pesquisa desenvolvida é do tipo quantitativa, pois busca avaliar a participação do Investimento Estrangeiro Direto na formação da riqueza brasileira nas últimas duas décadas. Segundo BOTELHO e ZOUAIN (2006), pesquisa quantitativa é um instrumento que realiza um estudo de quantidades, de modo a utilizar ferramentas específicas para que possam ser feitas avaliações estatísticas, a fim de mensurar, representando o combinado de valores e desempenhando projeções, que é capaz de criar relação de causa, baseado nos resultados das mensurações.

Um dos primeiros procedimentos adotados no presente estudo foi a revisão de literatura. Este esforço foi desenvolvido com o propósito de definir os principais conceitos de variáveis macroeconômicas inerentes à temática da pesquisa em questão e buscar evidências teóricas das relações entre as variáveis econômicas centrais a serem analisadas. Tais procedimentos permitiram a identificação de variáveis, possíveis fontes de coleta de dados, elaboração de proposições de pesquisa, bem como serviram para a análise dos resultados obtidos neste estudo.

Ainda na revisão de literatura, foi abordada a participação dos governos brasileiros do período de 1990 a 2008 e como suas medidas político-econômicas beneficiaram a economia brasileira, e principalmente, como favoreceram a atração e a alavancagem positiva dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no país. A análise bibliográfica do ambiente político-econômico do país possibilitou a elaboração de um conjunto de proposições relacionadas aos impactos do IED sobre indicadores de riqueza econômica e desenvolvimento social nas últimas duas décadas.

Assim, o arcabouço teórico oportunizou a identificação do conjunto de variáveis e de suas relações e de proposições inerentes ao contexto teórico e político-econômico do Brasil. As variáveis selecionadas para o presente estudo foram: Produto Interno Bruto (PIB), Investimento Estrangeiro Direto (IED), Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Produto Interno Bruto nos setores de Agricultura/Mineração (PIB-A), Serviço (PIB-S) e Indústria (PIB-I). Um esquema, ilustrando o sentido das relações entre as variáveis selecionadas e a posição das proposições de pesquisa, pode ser visualizado na Figura 1.

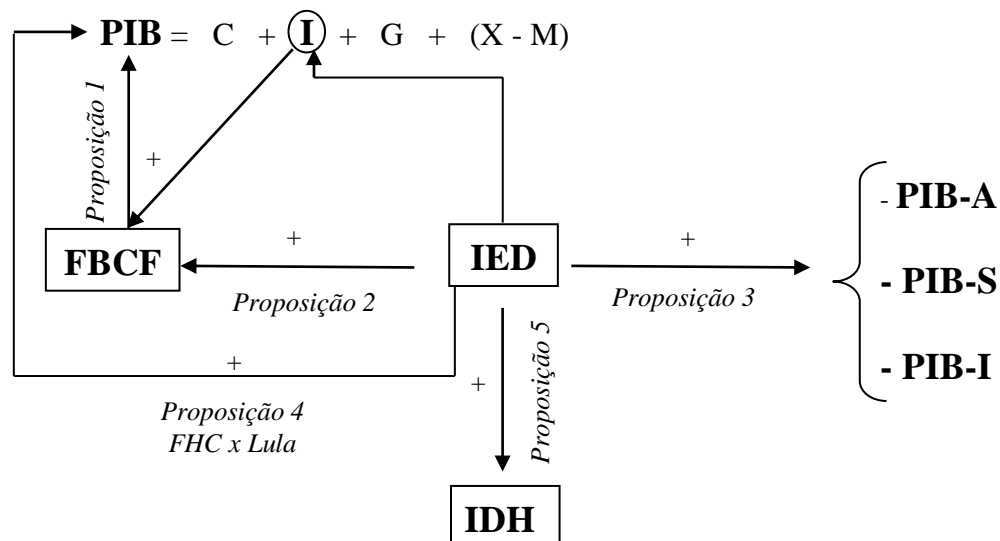


Figura 1 – Esquematização da relação entre as variáveis e as proposições de pesquisa

Fonte: elaborada pelo autor

Selecionadas as variáveis de estudo e definidas as proposições a serem testadas, a etapa seguinte constituiu-se da coleta dos dados relativos a cada variável selecionada. Procurando qualificar o estudo, buscou-se utilizar fontes confiáveis para a obtenção das séries históricas. Neste sentido, diferentes fontes foram utilizadas, tanto de organismos de pesquisa nacionais quanto internacionais. As fontes utilizadas para a coleta dos dados de cada variável, bem como a periodicidade e a extensão temporal de cobertura da série histórica, são indicadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Fontes de coleta dos dados, por variável

Variável	Sigla	Fonte	Período
Investimento Estrangeiro Direto	IED	BACEN e <i>United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD</i>	Anual - 1990-2008
Produto Interno Bruto	PIB	IBGE e IPEADATA	Anual - 1990-2008
Produto Interno Bruto – Agricultura	PIB-A	BACEN e IPEADATA	Anual - 1990-2008
Produto Interno Bruto – Indústria	PIB-I	BACEN e IPEADATA	Anual - 1990-2008
Produto Interno Bruto – Serviços	PIB-S	BACEN e IPEADATA	Anual - 1990-2008
Formação Bruta de Capital Fixo	FBCF	IBGE e IPEADATA	Anual - 1990-2008
Índice de Desenvolvimento Humano	IDH	<i>United Nations Development Programme (UNDP)</i>	Anual - 1990-2008

Fonte: elaborado pelo autor

Os dados coletados possuem mais de uma fonte para cada variável, uma vez que, durante o levantamento dos dados para a pesquisa, as séries históricas registravam apenas censos com percentagem ou com valores, e às vezes registravam dados de uma década, ou de um período governamental. Foi necessário realizar uma junção de informações em várias fontes distintas. Por exemplo, o IDH encontrado no órgão da ONU (*United Nations Development Programme - UNDP*) registra o índice em um relatório anual, havendo necessidade de pesquisar todos os relatórios do período da pesquisa, de 1990 a 2008. Os valores obtidos para cada variável podem ser visualizados no Anexo A.

A etapa seguinte à coleta dos dados foi destinada a análise dos mesmos. A análise buscou confirmar as proposições definidas para a pesquisa. Neste sentido, foram dois os principais testes estatísticos utilizados: a análise de correlação e a análise de regressão linear simples. Segundo LAPPONI (2005), o coeficiente de correlação é uma forma metodológica de mensurar a qualidade de proximidade entre duas variáveis, ou seja, é o grau de relação entre os elementos em estudo.

O coeficiente de correlação de Pearson calcula-se segundo a seguinte fórmula:

$$r = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}}$$

Em que:

a) x_1, x_2, \dots, x_n e y_1, y_2, \dots, y_n são os valores medidos das variáveis x e y ; e

b) $\bar{x} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n x_i$ e $\bar{y} = \frac{1}{n} \cdot \sum_{i=1}^n y_i$ são as médias aritméticas de ambas as variáveis.

A correlação entre duas variáveis pode ser nula, positiva ou negativa. Assim, o coeficiente de correlação pode variar de -1 a 1. Quando $r = 0$ (zero) significa a inexistência de correlação entre as variáveis; o valor de $r = 1$ justifica dizer que há uma correlação perfeita e positiva entre as variáveis, ou seja, quando uma grandeza aumenta a outra também aumenta. E o contrário acontece quando há um coeficiente de correlação no valor de $r = -1$, que também indica que há uma correlação perfeita, porém inversa, quando uma variável aumenta a outra diminui. Apesar do coeficiente de correlação de Pearson ser uma medida estatística útil para a análise de relações entre diferentes variáveis, ela não expressa qualquer relação de causa e efeito entre duas variáveis. Para testar o grau de influência que uma variável possui sobre outra existem diversos outros testes estatísticos, dentre os quais a análise de regressão linear simples.

De acordo com LEVINE *et al.* (2005) a Regressão Linear tem por finalidade principal a de pressagiar o valor da grandeza dependente Y , tendo por base o valor de uma outra grandeza X . Segundo esses autores, a regressão linear entre duas variáveis pode ser estimada pela seguinte equação:

$$\hat{Y} = a + bX$$

Onde:

\hat{Y} = valor estimado para a variável dependente ou explicada;

a = intercepto da reta de regressão no eixo da variável “ y ”. Ou seja, o valor assumido pela variável “ y ” quanto a variável explicativa “ x ” tiver valor igual a zero;

b = coeficiente de inclinação da reta de regressão. Indica o grau de influência que determinada variação nos valores da variável “ x ” exerce sobre os valores da variável “ y ”. O sinal do coeficiente angular da reta indica o sentido da relação de causa e efeito entre a variável explicativa e a variável explicada. O seu valor, indica a magnitude com a qual a variação de uma unidade da variável “ x ” impactará o valor da variável “ y ”;

X = variável independente ou explicativa.

Definidas as bases teóricas, as proposições da pesquisa, as variáveis envolvidas na análise, a coleta dos dados e os testes estatísticos que foram realizados no *Microsoft Office Excel*, a seção a seguir tratará da apresentação dos resultados obtidos.

4. Análise dos Resultados

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa. O conjunto de resultados está dividido em dois grupos: primeiro, a análise dos resultados das correlações entre as variáveis medidas pelo coeficiente de correlação de Pearson (r); e, segundo, os resultados da análise de regressão linear simples. Ambos os resultados buscam testar as proposições de pesquisa.

4.1. Análise de correlação

Na Tabela 1 é apresentada a matriz de correlação contendo os valores dos coeficientes de correlação de Pearson para cada um dos pares de variáveis. Cabe destacar que estes valores

indicam apenas um sentido de variação conjunta dos valores nominais das variáveis selecionadas. Portanto, é inadequado fazer comentários e/ou conclusões afirmativas que levem em conta as relações de causalidade entre quaisquer duas variáveis.

Dentre os resultados apresentados na Tabela 1, cabe comentar aqueles que possuem relação direta com as proposições de pesquisa. Neste sentido, percebe-se que o Investimento Estrangeiro Direto (IED) apresenta-se positiva e fortemente correlacionado com o Produto Interno Bruto, uma vez que o coeficiente de correlação é $r = 0,8173$. Esse resultado parece confirmar a teoria econômica no sentido de que, havendo ingresso de IED, o PIB também responde positivamente. De acordo com a teoria econômica, o Investimento é uma variável importante na composição do PIB. Os investimentos tomam como medida de aproximação a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). O valor do coeficiente de correlação entre IED e FBCF de $r = 0,8486$, reflete uma forte correlação positiva entre as variáveis, sugerindo que, à medida que há incremento no IED, a FBCF e o PIB também reagem positivamente.

Tabela 1 – Matriz de correlação

	IED	FBCF	PIB	PIB / A	PIB / I	PIB / S	IDH
IED	1						
FBCF	0,8486	1					
PIB	0,8173	0,9871	1				
PIB / A	0,7686	0,9698	0,9806	1			
PIB / I	0,7803	0,9767	0,9916	0,9862	1		
PIB / SV	0,8167	0,9816	0,9928	0,9814	0,9948	1	
IDH	0,2699	0,4402	0,4760	0,4621	0,4851	0,4954	1

	Correlação Fraca
	Correlação Moderada
	Correlação Forte
	Correlação Muito Forte

Fonte: dados da pesquisa

Após os cálculos dos dados estudados, pôde-se confirmar parcialmente a proposição 3, onde foi verificado que grau de associação entre o IED e o PIB Agricultura, Indústria e Serviço obtiveram uma correlação forte e direta, indicando uma boa relação de proximidade, porém, divergiu em parte da hipótese em questão. Nota-se que foi confirmado que o PIB do setor de serviço obteve a maior correlação entre as variáveis da hipótese, $r = 0,8167$, porém o PIB setor industrial foi melhor positivamente correlacionado, $r = 0,7803$, que o PIB setor de mineração (agricultura e mineração), $r = 0,7686$, contrariando essa parte da proposição.

Os resultados da análise de correlação confirmam que o crescimento do PIB brasileiro apresentou uma relação linear positiva com o IED tanto nos governos de FHC quanto nos governos do Lula. Porém, vale salientar que há uma correlação positiva mais forte no governo Lula, onde $r = 0,9706$, aproximando-se da relação perfeita. Enquanto nos governos de FHC a relação positiva foi moderada, apresentando um coeficiente de correlação de $r = 0,5208$.

A proximidade da relação entre IED e o IDH diverge em intensidade da correlação observada entre IED e PIB. Através do cálculo do coeficiente de correlação é possível visualizar que ambas as variáveis em estudo possuem uma correlação fraca ou moderada, embora positiva. Vale salientar que são as variáveis que apresentam o menor índice de correlação dentre os avaliados no estudo. Haja vista que nas últimas décadas houve aumento de investimento, de produção e de consumo e claramente um aumento das riquezas internas,

mas de acordo com os cálculos não há uma ligação intrínseca entre as variáveis, demonstrando que apesar do desenvolvimento econômico-financeiro, o IDH não acompanhou esses estímulos da economia, que ao passar dos anos manteve-se com uma pequena elevação e com muitas caídas em seu percurso de duas décadas. Apesar disso, os resultados mostraram comportamento divergente nesta relação entre os governos de FHC e Lula. Enquanto nos governo de FHC a correlação entre IED e IDH foi negativa, com $r = -0,6353$, nos governos do Lula a correlação foi positiva e forte, com $r = 0,8131$.

4.2 Análise de regressão linear simples

Os resultados da análise de regressão linear simples são apresentados na Tabela 2. Com relação aos resultados da proposição 1 da pesquisa, inicialmente pode-se observar que um elevado valor para o coeficiente de determinação ($R^2 = 0,9745$). Esse valor indica que mais de 95% das variações do PIB são explicadas pelos Investimentos Estrangeiros Diretos. O segundo valor importante a ser analisado é o coeficiente b_1 . Este coeficiente indica o montante de impacto que uma unidade adicional de IED irá causar no PIB. A partir dos dados utilizados na presente pesquisa, pode-se constatar que, para US\$1,00 milhão em IED que ingressa no Brasil, o PIB brasileiro irá crescer R\$ 2,1031 milhões. O valor obtido para este coeficiente é significativamente diferente de zero a um nível de significância de $\alpha = 0,05$.

Tabela 2 – Resultados da análise de regressão linear simples

Proposição	R^2	b_0	b_1	Equação	Valor-P
1) IED x PIB	0,9745	1.752.926	2,1031	PIB = 1752926 + 2,1031IED	0,0000*
2) IED x FBCF	0,7201	17.168	10,5840	FBCF = 17168 + 10,5840IED	0,0000*
3) IED x PIB-A	0,5907	13.677	2,8841	PIB-A = 13677 + 2,8841IED	0,0001*
3) IED x PIB-I	0,6089	61.279	13,1749	PIB-I = 61279 + 13,1749IED	0,0000*
3) IED x PIB-S	0,6670	134.721	31,4878	PIB-S = 134.721 + 31,3878IED	0,0000*
4) IED x PIB (FHC)	0,2712	2.010.126	5,1540	PIB-F = 2010126 + 5,1540IED	0,1857
4) IED x PIB (Lula)	0,9422	2.089.514	18,9661	PIB-L = 2089514 + 18,9661IED	0,0000*
5) IED x IDH	0,0729	0,7642	0,0000005186	IDH = 0,7642 + 0,7642IED	0,2636

Nota: * $p < 0,01$

Semelhante à proposição 1, a hipótese 2 deste estudo resultou um significativo valor de coeficiente de determinação, $R^2 = 0,7202$. O valor obtido indica que aproximadamente 72% das variações em Investimentos, medidos pela FBCF, são explicadas pelas variações de ingressos de IED no Brasil. No aspecto do impacto financeiro do IED na FBCF, o coeficiente b_1 indica um efeito positivo, no qual, para cada US\$ 1,00 milhão de IED no Brasil, a FBCF irá aumentar em R\$10,584 milhões. O valor obtido para este coeficiente é significativamente diferente de zero a um nível de significância de $\alpha = 0,05$.

Com resultados mais moderados que as hipóteses anteriores, a proposição 3 e suas derivações obtiveram também valores relativamente expressivos nos resultados dos coeficientes de determinação: $R^2 = 0,5907$; $R^2 = 0,6088$; $R^2 = 0,6670$ para a relação do IED x PIB-A, IED x PIB-I, IED x PIB-S, respectivamente. Os coeficientes de determinação encontrados informam que aproximadamente 59% das variações do PIB da agricultura/mineração são justificados pelas variações no IED. Igualmente, aproximadamente 60% das variações do PIB da Indústria são explicadas pelas variações em IED no Brasil. Da mesma forma que as variações do IED no Brasil explicam aproximadamente 66% das variações no PIB do setor de Serviços. Examinando os coeficientes b_1 , relativos a esta

proposição (Tabela 2) é possível assegurar que para cada US\$1,00 milhão de ingressos em IED no Brasil, o PIB da agricultura/mineração irá crescer R\$2,8841 milhões, o PIB da Indústria crescerá R\$13,1749 milhões e o PIB do setor de serviços terá um aumento de R\$ 31,4878 milhões. O valor obtido para estes coeficientes é significativamente diferente de zero a um nível de significância de $\alpha = 0,05$, para todas as derivações da terceira proposição. Os resultados indicam o setor de serviços é o mais afetado pelo ingresso de IED, seguido pela Indústria e depois pela Agricultura/Mineração.

Conforme visto na Tabela 2, os índices de coeficiente de determinação registrados para a proposição 4 e suas derivações foram: IED x PIB do governo FCH apresentou $R^2 = 0,2712$; e, IED x PIB do governo Lula, atingiu um coeficiente de determinação $R^2 = 0,9422$. Assim, pode-se dizer que o poder de determinação do IED sobre o PIB dos Governos de FHC foi relativamente fraco, enquanto nos Governo do Presidente Lula foi forte. A maior influência do IED sobre a formação da riqueza do Brasil nos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva podem ser comprovados pelo coeficiente $b_I = 18,9661$, o qual é estatisticamente significativo a um nível de significância de $\alpha = 0,05$. Assim, para US\$1,00 milhão em IED que ingressou no Brasil durante os Governos do Lula, o PIB teve um acréscimo de R\$18,9661 milhões. Já no caso dos Governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o coeficiente $b_I = 5,1540$ foi mais modesto, não apresentando influencia estatisticamente significativa sobre o PIB daquele período.

Por fim, os resultados relacionados a quinta proposição evidenciam que uma fraca relação de causa e efeito entre IED e IDH. O valor do coeficiente de determinação sugere que apenas 7,6% das variações do IDH são explicadas pelas variações nos ingressos de IED no Brasil. O nível de impacto do IED sobre o IDH, medido pelo coeficiente b_I , se mostra estatisticamente insignificante e seu valor ($b_I = 0,0000005186$) indica que, para US\$1,00 milhão de IED ingressado no Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano avança positivamente em apenas 0,0000005186 frações de unidade.

5. Discussão dos Resultados e Conclusões

A partir da percepção de que o Investimento Estrangeiro Direto poderia ser uma variável de forte influência na geração de riqueza no Brasil, o presente artigo buscou responder duas questões centrais: qual o impacto do Investimento Estrangeiro Direto na formação da riqueza do Brasil? Qual a relação do IED com o desenvolvimento humano do país? Logo, o objetivo foi analisar a participação do Investimento Estrangeiro Direto na formação da riqueza e no desenvolvimento brasileiro das últimas duas décadas.

Ficou claro nos levantamentos da evolução dos dados históricos e contemporâneos, e corroborados pelos cálculos realizados tanto pelo Índice de Correlação, como pela regressão Linear Simples, que os investimentos, medidos pela formação Bruta de Capital Fixo, estão positivamente relacionados com o PIB do país. Visto que, para atender o aumento da capacidade de produção, já prognosticada, da economia brasileira são realizados investimentos através de aquisições fluentes em ativos fixos (bens de capital), e se há um aumento da produção que requeira investimento em FBCF, conseqüentemente, também, haverá um aumento da riqueza nacional que é medida pelo PIB. Como estão interligados, quando a FBCF aumenta influi positivamente no PIB e como a FBCF representa os investimentos, que é um dos fatores que compõe o PIB. Então, conforme indicado na Figura 2, é verdadeiro afirmar que a proposição 1 está comprovadamente confirmada.

Conforme demonstrado nas Tabelas 1 e 2, a Formação Bruta de Capital Fixo está intrinsecamente ligada de forma positiva ao IED e possui uma probabilidade estatística comprovada de desenvolvimento baseado nestas entradas de capital externo. Com isso, pode-se definir que, em uma economia financeiramente mundializada, é evidente que o IED flutua segundo as probabilidades de desenvolvimento do país receptor, quanto mais houver influxos

de capital internacional não especulativo, mais haverá necessidade de investimento na FBCF, que automaticamente é um dos termômetros de como se encontra a economia de um país, estando favorável, atrairá novos investimentos.

Pôde-se evidenciar também que os impactos do Investimento Estrangeiro Direto no Brasil foram positivos e mais intensos nos setores de Serviços e Indústria do que no setor Mineração (Agricultura e Mineração). Divergindo, parcialmente, da proposição inicial, a qual apresentava que os setores de Mineração (Agricultura e Mineração) e Serviços foram mais positivos e intensamente relacionados com o IED que o setor industrial. Apesar de julgar ser tema de um outro estudo mais aprofundado, é oportuno salientar que foi observado que o investimento de capital estrangeiro no Brasil proporcionou, nas últimas duas décadas, um retorno, em forma de produção nos três setores do PIB (A, I e S), diretamente proporcional à sua entrada (BACEN). Isto é, o setor que mais recebeu IED, obteve maior retorno no seu saldo de produção anual. Cabe a um, futuro e aprofundado estudo científico, comprovar se houve investimento estrangeiro no setor que mais se produzia ou se produziu onde mais houve investimento.

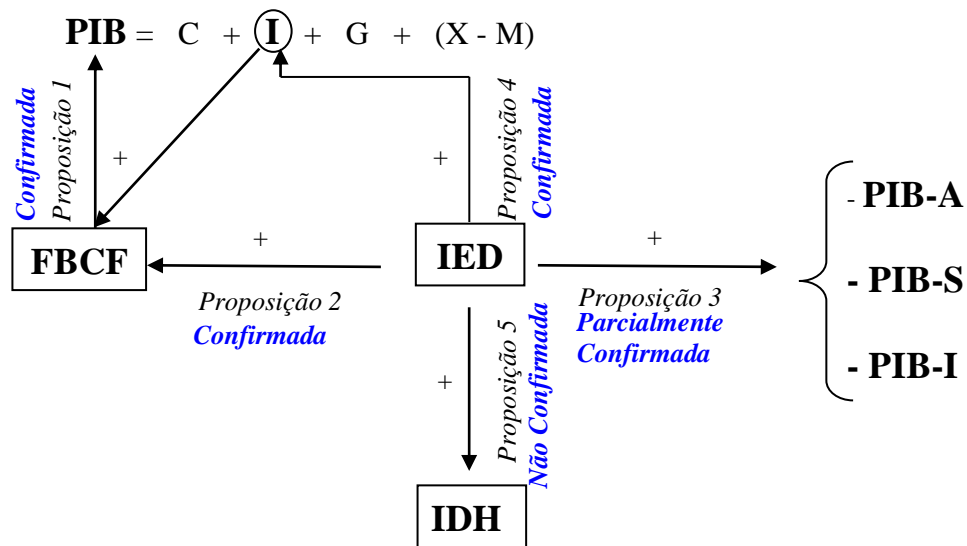


Figura 2 – Esquematização da relação entre as variáveis e as proposições de pesquisa

Fonte: elaborada pelo autor

A política econômica adotada no país nas últimas duas décadas, voltada para a abertura comercial e globalização dos mercados, abriram várias janelas de oportunidades para o Brasil. O fato é que o bem-sucedido Plano Real foi o marco que beneficiou tanto ao Governo FHC, quanto ao Governo Lula, uma vez que o IED, no primeiro ano do Governo FHC, alcançou uma variação de 104,92% em relação ao ano anterior, e desde então os investimentos estrangeiros diretos aumentaram, conforme pode ser visto no Anexo A (UNCTAD e BACEN). Neste cenário será analisada a proposição 4, a qual foi exposta a hipótese que o Investimento Estrangeiro Direto está positivamente relacionado com o crescimento do PIB brasileiro, tanto no Governo de FHC quanto no Governo Lula, após todas as pesquisas realizadas nos sítios de instituições e organismos especializados e incontestáveis, e posteriormente executado os cálculos utilizando os coeficientes de correlação e de determinação, é possível ratificar a presente proposição.

O assunto do capital estrangeiro no Brasil limita julgamentos e gera controvertidas discussões de análise. De um lado, se colocam os protecionistas do livre influxo do capital estrangeiro no país, expondo inúmeras vantagens para a economia, do outro lado, os que sustentam que esse tipo de expediente deve ser estudado com prudência, pois, entre outros

fatores, coopera para expansão da desnacionalização das empresas brasileiras. Apesar de alguns estudiosos da área econômica e política reconhecerem a influência do capital estrangeiro para a economia, certos dos impactos positivos procedentes do ingresso de investimento e tecnologia externa, chamam a atenção para as estratégias das Empresas Transnacionais, que para elas só é promissor se auferirem grandes lucros e se continuarem crescendo, na maioria das vezes muito além do país que a hospeda, dentro de um mercado próspero e estável.

É a partir desses pontos de vista controversos que serão discutidos os resultados da quinta proposição, a qual estabelece que o Investimento Estrangeiro Direto esteja positivamente relacionado com o Índice de Desenvolvimento Humano. Os dados, transformados em informação, mostraram que o Investimento Estrangeiro Direto mostrou-se positivamente relacionado com a formação da riqueza econômica do Brasil, elevando a economia do país e na formação de investimento de ativo fixo. Por outro lado, indicaram a inexistência de uma relação positiva com a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano. Assim, a hipótese 5 deste estudo não foi confirmada. Aliás, essa proposição ergue a reflexão que o país cresce, mas não se desenvolve e que até agora, com todo esse aumento de capital internacional, não foi executado um programa estratégico peculiar voltado a conduzir o capital estrangeiro de forma a solidificar a composição produtiva do país.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso. Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ. 2005. Disponível no sítio http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Artigo/CelsoAmorim.pdf. Acesso 10/09/2009.
- BACEN. Banco Central do Brasil. Risco-País. 2006. Disponível no sítio: www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/. Acesso em 22/09/2009.
- _____. Evolução dos Indicadores de Sustentabilidade Externa. 2006. Disponível no sítio: www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2006/03/ri200603b6p.pdf. Acesso em 29/09/2009.
- BNDES. Por que o PAC vai aumentar o investimento. Visão do Desenvolvimento – BNDES. Disponível no sítio: www.bndes.gov.br/visão. Acesso em 22/05/2009.
- BOTELHO, D.; ZOUAIN, D.M. Pesquisa quantitativa em administração. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Macroeconomia do Brasil Pós-1994. São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Economia de São Paulo, 2003. Disponível no sítio: <http://virtualbib.fgv.br/dspace>. Acesso em 12/07/2009.
- COSTA, Lúcia C. O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro. Pontifícia Universidade Católica. PUC-SP 2000. Disponível no sítio: www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/. Acesso em 10/09/2009.
- FREITAS, Maria C. P; PRATES, Daniela M. A abertura financeira no governo FHC: impactos e conseqüências. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP-SP. 2001. Disponível no sítio: www.eco.unicamp.br. Acesso 26/08/2009.
- GOMES, Victor. Macroeconomia I: Introdução à Contabilidade Nacional. 2003. Universidade Católica de Brasília. Disponível no sítio: www.yyyy.puc.rio.br. Acesso em 03/05/2009.
- GOVERNO FEDERAL. Programa de Aceleração do Crescimento. Nota à Imprensa. Brasília. 2007. Disponível no sítio www.presidencia.gov.br. Acesso em 14/07/2009.

- GONÇALVES, R.; BAUMANN, R.; PRADO, L. C. D.; CANUTO, O. A Nova Economia Internacional: Uma perspectiva Brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro. Campus. 1999.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema de Contas Nacionais. Disponível no sítio: www.ibge.gov.br. Acesso em 08/03/2009.
- IPEADATA. Base de dados Macroeconômico, Financeiro e Regional do Brasil mantida pelo IPEA. 2009. Disponível no sítio: www.ipeadata.gov.br. Acesso em 10/05/2009.
- LAMPREIA, Luis. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 1998. Disponível no sítio: <http://www.scielo.br>. Acesso em 13/09/2009.
- LAPPONI, Juan C. Estatística usando o Excel. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- LEVINE, David M. Estatística – Teoria e Aplicações usando o Microsoft Excel em Português. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.
- MACEDO, Roberto. O PNB é pior que o PIB. 2004. FACE - Universidade de Brasília - UNB. Publicado no “O Estado de São Paulo”, em 18/03/2004. Disponível no sítio: www.unb.br/face/eco/inteco/textosnet/2parte/por_que_o_pib_e_maior_que_o_pnb.pdf. Acesso em 18/05/2009.
- NUNES, Daniella K. N. Condição Paridade de Juros e Investimentos Estrangeiros em Carteira: teste econométrico para o Brasil pós-Plano Real. 2005. Universidade Federal da Paraíba- UFPB. Disponível no sítio www.sineziomaia.hpg.com.br/Daniella2.pdf. Acesso em 10/08/2009.
- ROSELENE, Maria. Capital Estrangeiro e Desenvolvimento Econômico: cinco décadas do investimento direto estrangeiro no Brasil. 2008. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC - SP. Disponível no sítio: <http://www.sober.org.br/palestra/2/152.pdf>. Acesso em 17/09/2009.
- SPITZ, Clarice. Desemprego e renda sobem em fevereiro, diz IBGE. Disponível no sítio: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro> Acesso em 02/10/2009.
- VASCONCELLOS, Marcos A. S. Economia: micro e macro: teorias e exercícios, glossário com os 260 principais conceitos econômicos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANEXO A - Dados das Séries Históricas das Variáveis Seleccionadas

ANO	IED¹	FBCF²	PIB³	PIB-A⁴	PIB-I⁵	PIB-S⁶	IDH⁷
1990	988,80	2,38	1.706.318,00	0,81	3,85	6,99	0,78
1991	1.102,20	11,00	1.723.919,00	4,12	19,15	36,50	0,76
1992	2.061,00	118,00	1.715.870,00	43,62	218,77	438,14	0,74
1993	1.290,90	2.718,00	1.795.918,00	955,51	5.258,09	10.338,52	0,73
1994	2.149,90	72.453,00	1.891.718,00	30.457,59	123.691,50	198.667,70	0,76
1995	4.405,62	132.275,00	1.975.272,00	35.554,58	169.578,48	410.937,80	0,80
1996	9.644,00	150.050,00	2.017.750,00	40.958,48	193.024,65	508.878,00	0,80
1997	17.879,00	172.939,00	2.085.856,00	44.823,84	217.033,10	568.771,23	0,78
1998	26.346,00	179.982,00	2.086.593,00	47.884,72	222.199,98	595.951,11	0,81
1999	31.235,00	184.098,00	2.091.894,00	50.782,02	240.734,96	636.321,21	0,74
2000	33.331,00	212.384,00	2.181.975,00	57.241,00	283.321,00	681.086,00	0,75
2001	21.041,70	221.772,00	2.210.627,00	66.819,00	301.171,00	750.623,00	0,75
2002	18.778,30	242.162,00	2.269.388,00	84.251,00	344.406,00	844.472,00	0,76
2003	12.902,41	259.714,00	2.295.409,00	108.619,00	409.504,00	952.491,00	0,78
2004	20.265,34	312.516,00	2.426.529,00	115.194,00	501.771,00	1.049.293,00	0,78
2005	21.521,57	342.237,00	2.503.200,00	105.163,00	539.283,00	1.197.807,00	0,79
2006	22.231,30	389.328,00	2.602.602,00	111.229,00	585.602,00	1.337.903,00	0,79
2007	33.704,58	460.672,00	2.750.100,00	133.015,37	623.720,00	1.446.783,41	0,80
2008	43.886,30	547.066,00	2.889.719,00	163.536,01	682.496,55	1.595.021,37	0,80

Notas:

¹ Valores nominais em US\$ - milhões, valores correntes de 2008;

² Valores nominais em R\$ - milhões, Para 1990-1994: Sistema de Contas Nacionais referência 1985;

³ Valores nominais em R\$ - milhões, valores correntes de 2008;

⁴ Valores nominais em R\$ - milhões, Para 1990-1994: sistema de Contas Nacionais referência 1985.

⁵ Valores nominais em R\$ - milhões, Para 1990-1994: sistema de Contas Nacionais referência 1985.

⁶ Valores nominais em R\$ - milhões, Para 1990-1994: sistema de Contas Nacionais referência 1985.

⁷ Índice de Desenvolvimento Humano.